



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADÁLIA ESTRELA SALOMÃO

PROPOSTA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA
REGIONAL NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DA CAÁLA

CAÁLA-2023

ADÁLIA ESTRELA SALOMÃO

**PROPOSTA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA
REGIONAL NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DA CAÁLA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentada ao Departamento de Ensino e Investigação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura, em História, no Instituto Superior Politécnico da Caála.

Orientador: Ladislau Profírio Amadeu, Lic.

CAÁLA-2023

Aos meus Pais e a todos aqueles que incansavelmente tiveram de atravessar várias dificuldades no decorrer da minha formação, dedico este trabalho de fim do curso.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Relatório foi possível com a importante ajuda de várias pessoas. Quero aqui expressar a todos os meus profundos agradecimentos.

Em primeiro lugar, como não deixaria de ser, a Deus, por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho e por fazer com que os meus objectivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudo.

Ao Instituto Superior Politécnico da Caála, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com as quais guiaram o meu aprendizado.

Ao Professor Ladislau Profírio Amadeu, meu orientador, por ter desempenhado tal função com afeição, dedicação e cientificidade.

À minha família, especialmente aos meus amados pais e irmãos, pelo incentivo nos momentos difíceis.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante a minha formação, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda.

E a todos que directa ou indirectamente ajudaram para a realização deste trabalho.

EPIGRAFE

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo o mundo vê.”

(ARTHUR SCHOPENHAUER)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

C.E.S – Centro de Estudos Sociais

CFB – Caminho de Ferro de Benguela

CIDAC – Centro de Intervenção para o desenvolvimento Amílcar Cabral

CNS – Concelho Nacional de Saúde

CRA – Constituição da República de Angola

Ed. - Edição.

Et Al - Expressão latina que significa “e outros”

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAT – Ministério da Administração do Território

Nº- Número.

Org. - Organização

OECD – Organização de Estudos Comunitários e Desenvolvimento.

P- Página. **PDN** – Programa do Desenvolvimento Nacional

PLATRG – Políticas Locais das Autoridades Tradicionais na Gestão

PMDS – Plano Municipal do Desenvolvimento Social

PP – Páginas S. d: Sem data

S.R – Sem Resposta

TIC – Técnica de Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura.

Vol. - Volume.

RESUMO

O presente trabalho, com a designação de “Proposta para a Implementação da Disciplina de História Regional no Instituto Superior Politécnico da Caála” temos a grande confiança de que subsidiará no enriquecimento bibliográfico no ensino das ciências sociais, principalmente no ensino da História. Embora não sendo algo de carácter definitivo, tendo em conta o dinamismo científico, remete-nos orgulhosamente em dar o nosso contributo e posteriormente a sua divulgação. Neste estudo tivemos como o arranque do mesmo a partir de uma situação problemática que é: Pouco acervo bibliográfico sobre a história regional. Tivemos como objectivo geral: Propor a implementação da Disciplina de história Regional no Instituto Superior Politécnico da Caála. Fez-se uma análise da contextualização das Universidades, assim como o seu papel social e ensino-aprendizagem. Para subsidiar na qualidade do que se pretende, orientamo-nos com os seguintes métodos e técnicas: método hermenêutico, heurístico e crítico, pesquisa bibliográfica, descritiva. Foi também aplicado o inquérito por entrevista. Quanto aos resultados, a maioria dos inquiridos afirmaram a necessidade da implementação da Disciplina de História Regional, espelhando as vantagens e importância do mesmo. Já na fundamentação teórico-empírica abordou-se conceitos relativos a temática em estudo tais como História, região, História Regional.

Palavras-chave: História, Região, Universidade.

ABSTRACT

The present work, entitled “Proposal for the Implementation of the Discipline of sciences, mainly in the teaching of History. Although not something definitive, taking confidence that it will subsidize the bibliographic enrichment in the teaching of social subsequently disseminate it. In this study we started from a problematic situation that into account the scientific dynamism, it makes us proudly make our contribution and propose the implementation of the Discipline of Regional History at the Instituto is: Little bibliographical collection on regional history. Our general objective was: To Universities, as well as their social and teaching-learning role. To subsidize the Superior Politécnico da Caála. An analysis was made of the contextualization of and comparative method, the interview survey was also applied. As for the results, qualitative, quantitative, bibliographical and descriptive research, historical method quality of what is intended, we are guided by the following methods and techniques: reflecting its advantages and importance. In the theoretical-empirical foundation, most respondents stated the need to implement the Discipline of Regional History, Regional History.

Keywords: History, Region, University.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA.....	11
1.2 OBJECTIVOS	11
1.2.1 <i>Objetivos geral</i>	11
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	12
1.3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	13
2.1. O MUNICÍPIO DA CAÁLA	13
2.1.1. Breve historial do Município	Erro! Indicador não definido.
2.1.2. Localização e Limites Geográficos	Erro! Indicador não definido.
2.1.3. Divisão Administrativa	Erro! Indicador não definido.
2.1.5. Extensão Territorial	Erro! Indicador não definido.
2.1.6. Actividade Económica e qualidade de produção	Erro! Indicador não definido.
2.1.7. Religião	Erro! Indicador não definido.
2.1.8. Organização Político-administrativa	16
2.2. CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES	17
2.2.1. Surgimento das Universidades	17

2.2.2. Conceito de Universidade.....	18
2.2.3. Função Social das Universidades.....	18
2.2.4. Contribuição das Universidades no processo de Ensino e Aprendizagem.....	19
2.2.5. Importância das Instituições de Ensino Superior	26
2.3. A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL	21
2.3.1. Conceito de História.....	21
2.3.1. Região.....	22
2.3.2. História Regional.....	22
2.3.3. Importância da História Regional.....	23
3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1.Tipo de estudo.....	25
3.2.LOCAL DO ESTUDO.....	25
3.3.Métodos de Pesquisa.....	25
3.4.Amostragem.....	26
4.DESCRICÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	27
4. 1.Caracterização do Instituto Superior Politécnico da Caála.....	27
4.2. Localização e Limites Geográficos.....	27
4.3. Breve Historial.....	27
4.4. Visão.....	27
4.5. Missão.....	27
4.6. Ensino.....	28

4.7. Investigação.....	28
4.8. Extensão Universitária.....	28
4.9. Empreendedorismo e inovação.....	29
4.1.1.Dados dos Trabalhadores.....	29
4.1.2. Dados dos Alunos Matriculados no ano Lectivo 2022/2023.....	30
4.1. 3.Apresentação e análise dos resultados do inquérito.....	30
5. PROPOSTA DE SOLUÇÃO.....	36
5.1. Quanto a função pedagógica.....	36
5. 2. Possíveis Princípios.....	36
6. CONCLUSÃO.....	39
7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
FONTES ORAIS.....	46
APÊNDICES 01 – Roteiro de entrevista	
APÊNDICES 02 - Instituto Superior Politécnico da Caála. Fonte: autoria própria 26- 07- 2023.	
APÊNDICES 03 - Instituto Superior Politécnico da Caála. Fonte: autoria própria 26- 07- 2023.	

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, debruça-se propriamente sobre uma proposta para a implementação da Disciplina de História Regional no Instituto Superior Politécnico da Caála, dando valor no que tange a valorização da História Regional, na preservação e valorização da cultura da circunscrição territorial em estudo. De referir que a História Regional apresenta inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica. Outrossim, a História Regional implica analisar uma determinada singularidade em meio a uma totalidade, sob um “movimento dialéctico entre o pequeno e o grande acontecimento, para não cair no erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos”.

Achamos esta proposta positiva, no que diz respeito ao estudo histórico de forma particularizada e assim dar valor ao que é mais nosso. Queremos contribuir no enriquecimento do acervo bibliográfico, para a comunidade académica, para mais credibilidade nos estudos da História Regional, o que vai, também, impulsionar o gosto para mais estudos e pesquisas aos futuros pesquisadores.

6.1 Descrição da Situação problemática

A comunidade, do município da Caála não valoriza, a História Regional, principalmente no interesse pela busca da essência da historiografia, dando assim mais credibilidade à nossa própria História. Resolvendo desse modo, o défice da disciplina que retrata de forma particular a história regional. A importância do conceito de região pode ser examinada pela necessidade de precisar adequadamente o objecto de trabalho, principalmente quando se trata de actividades de planeamento regional. Uma das situações muito prementes da falta de valorização da História Regional têm a ver com a pouca valorização e perda dos valores da nossa cultura regional.

6.2 Objectivos

6.2.1 Objectivos geral

Propor a implementação da disciplina de história regional no Instituto Superior Politécnico da Caála.

6.2.2 Objetivos específicos

a) Contextualizar a função das Universidades no processo de ensino e aprendizagem.

b) Diagnosticar o estado actual do plano curricular do curso de História do Instituto Superior Politécnico da Caála.

c) Elaborar propostas para a implementação da Disciplina de História Regional no Instituto Superior Politécnico da Caála.

1.3. Contribuição do trabalho

É comum, vemos, nos dias de hoje, um défice de uma disciplina que retrata de forma particular a historiografia regional, o que nos remete ao desaparecimento das crenças, hábitos e costumes dos nossos ancestrais e, posteriormente, perpetuar-se às novas gerações.

Desta feita, com esta proposta, queremos contribuir no enriquecimento do acervo bibliográfico na comunidade académica, para mais credibilidade nos estudos da História Regional, o que também vai impulsionar o gosto para mais estudos e pesquisas aos futuros pesquisadores.

Quanto às comunidades, queremos despertar o gosto pelo interesse da valorização daquilo que é nosso, principalmente no interesse da busca da essência da historiografia, no sentido verdadeiro da história regional, dando assim mais credibilidade da nossa própria história. Resolvendo assim, o défice da disciplina que retrata de forma particular a história regional.

Quanto às comunidades, queremos incentivar o interesse pela valorização, da História Regional, principalmente no interesse pela busca da essência da historiografia, dando assim mais credibilidade à nossa própria História. Resolvendo, desse modo, o défice da disciplina que retrata de forma particular a história regional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1. O MUNICÍPIO DA CAÁLA

2.1.1. Breve historial do Município

Caála é uma cidade e município da província do Huambo, em Angola. Tem 3 680 km² e cerca de 373 mil habitantes. (MATRE, 2018).

De acordo com Pessela (2021 p.10), Cahala foi fundada por Antero Gavino, José Henriques Beira, Guardinho da Cunha Barros e José da Fonseca Monteiro. Chega-se à conclusão de que a sua fundação deve datar de 1900, pois quando rebentou a revolta do Bailundo, em 1902, já aqui se encontravam Guardino da Cunha Barros e Antero Galvino.

Forma com a cidade do Huambo e com a cidade de Ecuinha uma grande área conturbada, a virtual Região Metropolitana do Huambo, antes da formação do reino do Huambo, um dos grandes Estados Ovimbundu, Caála era uma área de culto sob domínio do clã Nganda, no século XV, centrada na chamada Pedra Caué, (EDTA, 2018, p. 1022).

Os Ovimbundu da província do Huambo formaram-se pela fusão dos Nganda com dois clãs nómadas vindo do Cuanza Sul, mais especificamente da região de Cela. Os clãs de Cela eram liderados por Wambu Kalunga e Sunguandumbu, que entraram em acordo com os Nganda para também se estabelecerem naquele local, a que deram o nome de Nganda-ya-Kawe, que também é grafado como Ganda-a-Caué ou Ganda de Caué. Estava assim formada a localidade de Caála, nas cercanias de 1650, que foi elevada a ombala (cidade-capital) do reino do Humabo.

O reino teve como primeiro rei justamente a Wambu Kalunga. Com o tempo o nome La-Kawhé ou Caué foi sendo modificado e adaptado até tornar-se o termo Caála, já no século XIX. Neste período, já era um próspero centro de comércio entre os Ovimbundu e os portugueses, que se fixaram no litoral, Caála permaneceu como Ombala do reino do Huambo até o século XIX, quando intensas guerras na zona planáltica a devastou, fazendo com que a capital dos huambinos fosse transferida para Huambo-Cabral Moncada” (actual Lépi), (CEITA).

2.1.2.Localização e Limites Geográficos

O Município da Caála localiza-se na parte central da Província do Huambo, tendo como limites a norte o Município da E Cunha, a Leste o município do Huambo, a Sul o Município do Chipindo (Huíla) e a Oeste os Municípios de Longonjo e Caconda. (PESSELA 2021,p. 9)

2.1.3.Divisão Administrativa

Administrativamente o município da Caála é constituído por quatro comunas, nomeadamente: a Comuna Sede, Calenga, Catata e Cuima. (António 2014, p.19).

2.1.4.Demografia

O crescimento Demográfico, da população do Município da Caála cresceu de 279,792 para 331,223 habitantes, nos últimos três anos, cifra que corresponde a dois por cento. (Jornal de Angola Abril 2022 p. 9).

2.1.5. Extensão Territorial

Quanto a extensão territorial, a Caála tem uma superfície de 3.680km². (PDN 2018).

2.1.6. Actividade Económica e qualidade de produção

A Caála é um dos destaques nacionais na produção de trigo e massango. Os rios que cortam o território municipal são fontes de pesca segura e fazem movimentar uma importante economia popular, principalmente ao sul do município, onde há o lago da Central Hidroeléctrica do Ngove. (ANGOP, 2019).

De acordo com Neto (1997), o caminho de ferro de Benguela, (CFB), inicialmente destinado ao escoamento do cobre das minas do Katanga, indo para Luau, continua a ser um elemento essencial para o desenvolvimento económico, industrial e agro-pecuário do Município e Província, assim como do País.

“a economia do antigo concelho, actual Caála, assentou-se essencialmente na agricultura, ocupando lugar do grande destaque, o cultivo do milho, com uma produção de 70 mil toneladas. A agricultura e a pecuária foram as principais bases para o desenvolvimento económico, mas que o grande avanço, deu-se a partir da exploração de ferro do Cuima. Na agricultura, cultivaram-se várias espécies vegetais, com maior destaque no cultivo de milho e batata, sendo o cultivo do milho a atingir o maior auge, sendo

camiónes e a transportarem para o Grémio da sede da Caála, o que fez elevar o Município a rainha do milho”. (RODRIGUES 2008 p.64).

De acordo Medeiro (1976), a chegada do comboio na década de 1910 ao planalto central de Angola permitiu uma viragem da produção da borracha, cujo preço caíra, para a produção de milho, marcando o desenvolvimento agrícola da região. Entretanto, prosseguiram as conquistas do interior, visando a submissão total dos reinos africanos, e as ameaças alemãs (e secretamente também britânicas) ao domínio português sobre aqueles territórios. A colonização dirigida e planeada por Norton de Matos (1912-1915 e 1921-1923), com base na agricultura e na pesca, acabaria por fracassar e a crise da economia colonial empurrou muitos colonos de origem madeirense para as cidades, sobrevivendo da caridade. (MEDEIROS, 1976 p.15).

Ao se falar de qualidade precisamos de apontar dois elementos que determinam a qualidade dos produtos do sector agrícola: a parte exterior e a qualidade organolética. Quanto à qualidade organolética os produtos produzidos pelos camponeses têm boa qualidade, uma vez que fazem pouco uso de agrotóxicos tirando o 12/24/12 (Adubo CE) e o sulfato de amônio usado para pulverizar e é de uso obrigatório na produção da batata por exemplo, as outras operações são feitas manualmente como a sacha, amontoa e a própria colheita, estes elementos ajudam na redução dos produtos agrotóxico enquanto a Exterior quanto a aparência precisamos trabalhar mais porque o camponês não despertou para a imagem do produto, tal como recolhe vende, não calibra o produto, não prepara o produto para a exposição de venda, o consumidor compra com os olhos, então entre escolher um saco de batata nacional e um importado certamente prefere o importado. (MATEUS, 2016 p. 41).

2.1.7. Religião

De acordo Kandjo (2020), antes do aparecimento da religião Monoteísta cristã nesta localidade, os habitantes eram animistas, isto porque cultuavam os seus antepassados, a crença aos “Akokotos”. Com o aparecimento da religião Cristã esta crença foi desaparecendo ou banida aos poucos, porque o colono obrigava aos autóctones a assimilar a sua civilização, pois isto foi um dos instrumentos da colonização, pois isto foi um dos instrumentos da colonização, a escravatura do indivíduo no seu próprio território, embora se verifique uma grande aceitação, a religião monoteísta Cristã, o animismo não foi banido de forma total. Actualmente no município da Caála, existe numerosas ceitas religiosas, que são: Católicos que ocupam uma maior parte do

território do município, Protestantes (IECA), Igreja Adventista do sétimo dia, Testemunha de Geová, etc.

2.1.8. Organização Político-administrativa

Segundo Ceita (2014), citado por Samacaca (2021, p. 18) “ na estrutura política umbundu ocorrem várias situações relacionadas com a vivência das suas personagens políticas, dignitárias das suas cortes tradicionais, formando um laço homogêneo”. As populações encontradas pelos colonos nas terras da Caála, já estavam organizadas, já viviam em sobados e ombalas e já estavam em organização de mandatos de chefia. No entender de Ceita et al (2014) e Canhanha (2021), citados por Samacaca (2022 p.16), “Soma é o título de chefia mais alto atribuído ao soberano da corte umbundu, é a majestade.

Ocupa o lugar no topo da hierarquia”. O Soma exerce o pleno poder sobre o Estado e o povo, ele é o juiz supremo, regula a instituição política, económica, social e cultural. É o representante de um território, de clã ou de linhagem, o representante dos vivos e dos espíritos antepassados [...] O Soma é o detentor do poder político, por esse motivo a sua autoridade estendia-se a toda a sua área de jurisdição, dos seus habitantes das terras, propriedade inalienável da comunidade, herança dos antepassados. Os poderes temporários e espirituais tinham como a terra, o que garante a vida social e cultural. Dirige e organiza os assuntos políticos e de guerra [...]. Quanto às funções da Corte, são várias e dependem do local onde estiverem a exercer o seu poder.

De acordo Costa (2014 p.49), “as Olombalas, que são as sedes administrativas, o Estado, controlam as aldeias e têm um só o Soma no poder. Por sua vez, cada aldeia tem um Soma, a que presta contas ao Osoma Yinene”. Ele é eleito pelo conselho de anciãos. Este sistema de eleição requer também a participação do povo, através dos juízes (olonganji), seus adjuntos que organizam e preparam as instituições de educação, cultura, segurança-político militar do Estado.

Segundo Rodrigues (2018), citado por Samacaca (2021 p.16) na divisão territorial dos Ovimbundu podemos encontrar os Osongo que são aldeias com aglomerado populacional e as Ovisenge que são terras destinadas à agricultura ou caça. Todos esses espaços territoriais possuem o seu próprio modelo de organização e funcionamento do poder, mas que é dirigido sempre pelo Sekulo Ymbo.

2.2. CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES

2.2.1. Surgimento das Universidades

Por volta dos séculos IX-XII, em meio ao renascimento comercial e urbano, na Europa Ocidental, a população laica necessita cada vez mais de instrução, principalmente no que diz respeito a leitura, escrita e cálculos, nas actividades urbanas quotidianas, o que fomentou o desenvolvimento de corporações de mestres e discípulos, as universitas, ou seja, originou as universidades. (ANA 2022 p.12).

O termo universitas era, na Idade Média, utilizado para designar os mais diversos tipos de corporações, a exemplo, a organização corporativa de estudantes e de professores.¹⁶ Será, apenas no século XVIII, que a terminologia Universidade irá se referir de forma mais particular às instituições intelectuais de construção e transmissão de uma metodologia e disciplinas específicas. Mais específico do que universitas, o termo studiumgenerale utilizado, principalmente, a partir do século XIII, traz melhor a ideia dessa instituição de ensino superior que começa a surgir. Para Rashdall um studiumgenerale compreende três características: que a escola atraiu estudantes de todas as partes; que era um local de ensino superior, ou seja, ao menos uma das faculdades superiores, teologia, direito ou medicina, era ensinada; e que as disciplinas eram ensinadas por uma pluralidade de mestres. (ANDRÉIA 2017,p.27).

Em regra, a universidade era fundada, ou ao menos confirmada, por uma autoridade de natureza universal, a saber, o papa ou o imperador, seus membros gozavam de direitos¹⁸, colectivos e individuais, de carácter universal, assim como seus títulos e licenças, que autorizavam o desempenho de suas actividades por toda a cristandade. (BASCHET p.49).

Os títulos de doutor e de mestre equivaliam a mais alta competência intelectual, independentemente da universidade que se frequentara. O surgimento dessas universidades medievais foi fundamental para o desenvolvimento, inclusive político, das próprias sociedades medievais. Na disputa entre os poderes já existentes na sociedade, as universidades serão também palco dessa disputa, se vinculando a um ou outro poder, de acordo com seus interesses e necessidades. Além disso, a universidade produzirá um novo sujeito social, o intelectual, que poderá dar suporte ao estabelecimento de algum desses poderes, como foi o caso dos juristas da

corte francesa, no século XIII, que encorajaram Felipe, o Justo, a assumir direitos do Sacro Império Romano. (RAA 2008).

Concomitantemente às universidades, outras estruturas de ensino continuaram a existir como as escolas catedrais e as escolas particulares, mas, por responderem às autoridades locais, de maneira geral, seus estudantes não se beneficiavam de um reconhecimento mais amplo e normalmente obtinham menos prestígio social. Sendo, por tanto, uma via de promoção individual.

2.2.2. Conceito de Universidade

A Universidade, de acordo Coelho (1987 p. 20) citado por Albernaz (2000, p.197), “é um processo histórico de constituição de si própria e de sua significação mediado pelas relações de homens entre si e com a natureza”. Ou seja, é o lugar privilegiado da produção, conservação e transmissão do saber sistematizado, do exercício da reflexão, do debate e da crítica, bem como a expressão, para si e para o mundo, da sociedade que a institui. Na comunidade da Caála, verifica-se um impacto muito positivo no que diz respeito a universidade, apesar de haver uma única universidade privada.

2.2.3. Função Social das Universidades

Baseando-se no entender de Andréia (2016), qualquer que seja a real função social das universidades, sem dúvida, é um dos grandes desafios do século XXI e, entre os caminhos apontados para se chegar a esse entendimento, está o da problematização de sua configuração por meio da Reformada Educação Superior em seus aspectos sociais, políticos e culturais, assim como por seus impactos sobre o conjunto da própria sociedade.

A universidade é uma instituição social que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, estando fortemente apoiada nos princípios sociais aos quais pertence. Assim, a universidade, além de reflectir os conhecimentos e as relações sociais, também possibilita transformar as formas de ver, compreender e produzir para além do presente, com visões futuras, projectando novas acções. (LEITE, 2005 p. 142).

A universidade é entendida como organização social, é regida por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Assim, não lhe compete mais discutir ou questionar sua

própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes. Sua prática social é definida pela sua instrumentalidade, ou seja, a instituição percebe a divisão social, económica e política da sociedade em que está inserida, e desse lugar repensa a si mesma, sua função social, com práticas fundadas no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições. (SANTOS 2004, p. 142).

Reformas de inspiração neoliberal, apontavam soluções para a crise, baseando-se na ideia de Estado-mínimo, ou seja, por acreditarem que uma das principais razões para a crise do sistema capitalista era a intervenção do Estado na economia, e que o mercado poderia coordenar racionalmente os problemas sociais tanto de natureza económica quanto política, os neoliberais defendiam, e ainda defendem, a não-intervenção estatal em alguns sectores da economia, como também no âmbito social e educacional (TEIXEIRA, 2013, p. 47).

2.2.4. Contribuição das Universidades no processo de Ensino e Aprendizagem

A alcançar a excelência, a universidade não pode ser excludente em suas funções. Assim, complementa a autora, “a qualidade da universidade pode ser compreendida no seu marco institucional e na visão do aluno e da sociedade” quando ela é o que é e faz o que diz que faz aos princípios da democracia, não como categoria, mas “como uma prática educativa e pedagógica de construção de cidadania”, contribuindo para a construção de uma nova cultura política que contemple o direito pedagógico da participação, do compromisso e da responsabilidade democrática. (LEITE 2017, p. 27).

O acesso ao conhecimento técnico e científico sempre teve importância na sociedade capitalista por oferecer diferencial competitivo. O próprio conhecimento torna-se um instrumento privilegiado para a tomada de decisões mais bem-sucedidas e lucrativas, principalmente quando a educação está contida na concepção de mercadoria-chave “a ser produzida e vendida a quem pagar mais” (HARVEY, 1992, p. 63).

Sendo assim, as funções do Estado passam a ser redefinidas, abrindo -se espaço para o mercado disputar e controlar actividades que antes eram de responsabilidade estatal, providas pelo sector público. Nessa conjuntura, a reforma da educação superior passa a ser proclamada e elaborada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sendo justificada, conforme (SILVA 2001, p. 47).

Pelo pressuposto de que o ensino superior estaria em crise a educação superior baseada no princípio da associação entre ensino, pesquisa e extensão seria, a curto e médio prazo, inviável teórica e financeiramente, disto decorrendo, entre outras, a recomendação de estabelecer-se de modo claro e oficial a dualidade institucional universidades de pesquisa ou de conhecimento – que associariam o ensino-pesquisa-extensão – e universidades de ensino; estas, no caso presente, representadas pelas IES não-universitárias (SGUISSARDI,2000, p. 27).

O Estado deveria tomar a educação não pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político; a educação deveria ser considerada como um direito, e não um serviço; a utilização do fundo público deveria assegurar os direitos sociais; a universidade deveria ter compromisso com democratização do saber, dispondo de autonomia institucional, intelectual e financeira (CHAUÍ, 2003, pp. 11- 12).

A sistemática de avaliação in loco dos cursos superiores fundamenta-se nos princípios, diretrizes e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - Lei nº10.861/2004 -, que tem como elementos-chave a integração, a articulação e a totalidade das várias modalidades avaliativas (INEP, 2005).

Sendo assim, se faz necessário que as propostas avaliativas sejam um processo de avaliação consequente e compromisso científico e politicamente, onde segundos deveriam se privilegiar os seguintes aspectos: aceitação ou consciencialização da necessidade da avaliação, por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adoptados; envolvimento directo dos segmentos da comunidade académica em uma combinação de avaliação externa com auto -avaliação global da instituição e de cada um dos segmentos nela compreendidos; conhecimento dos resultados do processo e participação na decisão acerca da sua utilização (BELLONI, et al 1989, p. 68) citados por, ANA, 2000 p.17).

Segundo Saul (1995), a questão da emancipação se expressa para os agentes que integram um programa educacional, uma vez que se acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direcção às suas acções nos contextos em que se situa, de acordo com valores que elege. A avaliação emancipatória preocupa-se inclusive em ser propositada, pois ao longo de sua implementação nas fases porque se passa, e inclusive ao

seu final, é sistematizada e proposta uma série de alternativas para solucionar questões pendentes e dificuldades enfrentadas pelas instituições ao longo do desenvolvimento dos trabalhos académicos. (SAUL, 1995, p. 61).

2.2.5. Importância das Instituições de Ensino Superior

As diferentes funções das Instituições de Ensino Superior (IES), desde meados do século XX têm vindo a assumir uma crescente importância na sociedade, quer pela gasificação do Ensino Superior, quer pela existência de um maior número de IES, mas também por estarem mais distribuídas geograficamente e por desempenharem mais funções nas sociedades. De uma forma geral, são consideradas como grandes funções das IES a criação de conhecimento, o ensino e a responsabilidade para com a região onde estão inseridas. (BOUCHER, et al 2003, p. 888). Aos papéis tradicionais da Universidade de produtores de capital humano (através do ensino) e de produtores de conhecimento, através da investigação, acrescentou-se uma nova dimensão: o papel da universidade nas regiões e a promoção do desenvolvimento económico (COX & TAYLOR, 2006).

Aliás, como refere Gunasekara (2004), as IES nas regiões têm um papel na criação de conhecimento e na formação de capital humano adaptado ao potencial de desenvolvimento da região e às necessidades da mesma. A universidade moderna, criada no século XIX com o princípio da unidade indissolúvel do ensino e da investigação, com “o ideal de pesquisa científica de lutar pelo universalismo”, não se preocupava com localização das universidades. Contudo, nos Estados Unidos da América, no final do século XIX já existia uma preocupação com o papel da Universidade na região As Land Grant Universities tinham também como função promover o desenvolvimento da agricultura (PINHEIRO, et al, 2012). Citados por OECD, (2007).

2.3. A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL

2.3.1. Conceito de História

Por muito tempo a História foi definida como sendo um saber de natureza particular, que ocorre apenas uma vez, ou seja, o facto único, o acontecimento que não se repete, porém foi reelaborada e mais contemporaneamente se tornou consenso entre os historiadores assim como das demais ciências que trata da ciência/estudo do passado. (GRACIELA, 2015 p. 4).

Dosse (2003, p. 7) diz que a disciplina de História constitui um conhecimento indirecto, um saber que só chega, que é captado e compreendido por meio de vestígios, e que o que se faz nada mais é do que tentar preencher os vestígios em suas ausências.

A História é uma ciência que retrata a vida, de tudo quanto existe no tempo, não deixa de ser a vida vivida, onde todos se encontram como mortos, mas lembrados, através dos descendentes-familiares, amigos, conhecidos e pela etnia (KANDJO, 2019, p. 3).

A história tem por objecto o homem e por isso ela é a ciência que estuda os homens no tempo; (BLOCH, M. p. 55), mas para nós a história não só estuda o passado, mas também se responsabiliza aos factos presentes e transporta-los no futuro.

2.3.1. Região

Região é uma grande extensão de terreno. É um território que, pelo clima, solo, vegetação, produção económica e outras características próprias, se diferenciam dos territórios próximos. “É uma área delimitada, demarcada, estabelecida”. (AMADO, 1995, pp.145-151). Chamamos de região uma área delimitada devido a um critério específico. Ou seja, podemos criar regiões com base em cultura, divisão política, vegetação, clima, entre outros fatores. (LENCIONI, 1999).

2.3.2. História Regional

De acordo Barbosa (2011), História Regional apresenta inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica. Caprini, (2010) diz que trabalhar com a História Regional implica analisar uma determinada singularidade em meio a uma totalidade, sob um “movimento dialéctico entre o pequeno e o grande acontecimento, para não cair no erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos”. É importante assinalar que região não é um termo novo. A sua designação remonta aos tempos longínquos do Império Romano, quando o termo relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc. e, por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência. (CUNHA, 2005, p. 6). Gomes (2008), conseguiu distinguir também pelo menos três grandes domínios nos quais a noção de região está presente. O primeiro é a própria “linguagem quotidiana do senso comum”. Aqui os princípios fundamentais são o de localização e

extensão. Emprega-se expressões como “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, ou “a região da cidade X”. Percebe-se que os critérios são diversos, não há precisão nos limites e a escala espacial também varia bastante.

O segundo domínio é o administrativo, ou seja, a região é vista como uma unidade administrativa. Sabe-se que desde o fim da Idade Média “as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas”. Nesse caso, a divisão regional é a base para definição e exercício do controle na administração dos Estados e de suas subunidades, quando for o caso. É preciso destacar que muitas vezes empresas e instituições (como a Igreja Católica) utilizam os recortes regionais para delimitação de circunscrições hierárquicas administrativas. (GOMES, 2008).

O terceiro domínio é o das “ciências em geral” nas quais o emprego da noção de região associa-se também a ideia de localização de determinados fenômenos. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem” CORREA, (1995, p. 49-76).

Os debates e discussões sobre o conceito de região são bastante antigos no âmbito da Ciência Geográfica. Ao contrário, nas demais ciências humanas e sociais as querelas sobre o tema sempre foram pontuais, localizadas, importando mais à algumas “Escolas” e disciplinas, e ganhando ou perdendo importância de acordo com determinadas conjunturas históricas. (CARDOSO, 1998 p. 7-23).

2.3.3. Importância da História Regional

A importância do conceito de região pode ser examinada por dois ângulos diferentes: de um lado, a necessidade de precisar adequadamente o objecto de trabalho, principalmente quando se trata de actividades de planeamento regional; e, de outro, o papel dos conceitos no processo de desenvolvimento da ciência, na elaboração de teorias, com o intuito de discutir o conceito de região num contexto em que ele ganha importância em termos teórico-metodológicos e prático-operacional, tornando-se importante também para outras disciplinas como a História, notadamente a História Regional. (ABLAS, 1982). A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objectos, os problemas e as fontes. A História

Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular. (OLIVEIRA, 2003 p. 15,).

Nessa perspectiva, tornou-se viável estudar aspectos que até então não eram mencionados nas academias, ampliou-se à visão dos agentes elaboradores da história, abandonando a noção tradicional da narrativa histórica, para buscar uma fontes disponíveis para a pesquisa, garantindo a veracidade dos resultados. A homogeneidade das fontes seria outro elemento facilitador decorrente dos estudos regionais (VISCARDI, 1997).

Assim, “qualificar uma região como “de aprendizagem” significa dizer que os atores do sistema estão envolvidos em processo de aprendizagem que permitem o desenvolvimento de conhecimentos, de know-how e de outras competências necessárias à inovação e à manutenção da competitividade”. (REGO, 2002, p. 38).

3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1.Tipo de estudo

Este estudo tem um carácter qualitativo descritivo. A opção por tal tipo de análise se deu devido ao facto de que o tema em si, nos remete a Ciência social e porque não foi preciso trabalharmos com grandes números para chegarmos a uma conclusão e quanto ao cunho descritivo foi pela descrição das características da população ou fenómeno que podemos registar no município da Caála.

3.2.Local do estudo

A pesquisa será desenvolvida no município da Caála, que está localizado na Província do Huambo.

3.3.Métodos de Pesquisa

1º Métodos empíricos

a)-Método de observação: pelo facto de termos observado directa ou indirectamente, os fenómenos que estão sendo analisados. Ela é muito importante pelo facto de que os dados são percebidos e obtidos directamente na realidade que está sendo investigada, sem qualquer intervenção de terceiros. A observação permitiu diagnosticar a situação de implementação da disciplina de história regional no instituto superior politécnico da Caála.

b)-Método de questionário: Nos permitiu colectar dados, este instrumento foi utilizado na busca de informações.

2º Métodos teóricos

Método indutivo - dedutivo: encaminhou-nos a aproximação dos fenómenos pela visão de casos seleccionados na sua particularidade. Já o **método dedutivo** apresenta-se como o inverso do método indutivo. Estes dois métodos permitiram analisar os dados da investigação partindo das causas particulares para as causas gerais e, das gerais para as particulares.

Análise-síntese: aplicou-se para estabelecer o fundamento teórico e metodológico da investigação, assim como também permitiu reunir ideias gerais defendidas por vários autores acerca do tema e análise dos resultados do conteúdo de instrumentos aplicados durante a investigação.

Histórico - lógico: é um método de procedimento que estuda os dados das fontes de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

3.4.Amostragem

O estudo foi realizado no município da Caála. Quanto as amostras, trabalhou-se com uma população do município no total de 373 mil habitantes, onde seleccionamos 100 habitantes dos quais 50 do sexo feminino e 50 do sexo masculino, que corresponde a 5% da população total dos municípios com os quais trabalhou-se e que nos serviu como amostra.

4.DESCRICÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1.Caracterização do Instituto Superior Politécnico da Caála

4.2. Localização e Limites Geográficos

O Instituto Superior Politécnico da Caála, encontra-se na Província do Huambo, propriamente no Município Sede da Caála, Rua Hoji-ya-henda. (ISPC. 2023). De acordo Crispino (2023), os limites geográficos do Instituto Superior Politécnico da Caála, estão consignados da seguinte maneira: A Norte pelo Bairro do CRC; a Sul pelo Bloco 7, Este pelo Bairro da Kangola e a Oeste pelo Bairro Cemitério.

4.3. Breve Historial

O ISPCAÁLA, é uma Instituição do Ensino Superior Privada, criada pelo Decreto Presidencial 133/17, no Município da Caála. Tem a missão de produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, cuja trajetória da mesma entrelaça-se com a história de Angola. (ISPC, 2023). De acordo os depoimentos de Samessele (2023), na génese da estrutura que hoje é o ISPC, não era para ser uma Instituição de Ensino Superior, mas sim, um estabelecimento hoteleiro. Quando ascende a categoria de ensino era denominado por Instituto Superior politécnico Tchissuca. São percursores na implementação do mesmo estabelecimento os Senhores: 1º Manuel Vinevala, sendo o proprietário do estabelecimento; 2º Helder Lucas Chipindo; 3º Osvaldo Chissonde Mame.

4.4. Visão

Tem a visão de a médio longo prazo ser reconhecida como uma instituição de excelência na formação de cidadãos com capacidade crítica e reflexiva com ética cidadã, na produção de conhecimento técnico científico e compromisso com aspectos sócio ambientais. (ISPC 2023).

4.5. Missão

Tem a missão de capacitar indivíduos por meio do ensino, pesquisa e extensão à desafiar o pensamento convencional na busca de ideias originais transformando- as na próxima geração de líderes na academia, indústria, nas organizações sem fins lucrativos e no governo.

4.6. Ensino

Percebemos ensino como a transmissão e recepção de conhecimentos, ou seja dar luzes a quem necessita aprender. De acordo Luckesi (1985, p. 12) citado por Freitas (2000, p. 197), ensino é participar do processo de pesquisa, isto porque só o homem voltado para a pesquisa, pode realizar ensino ou ensinar, reduzindo seu trabalho a transmitir um pensamento inerte, mesmo sendo pedagógico ordenado, no lugar de comunicar a vida do pensamento. “Ensino é a pesquisa proporcional a qualificação de profissionais liberais e especialistas em diversos campos do conhecimento”. (FREITAS 2000,p.201).

4.7. Investigação

Em nosso pensar, investigação é um estudo ou uma série de estudos aprofundados sobre determinado tema, numa área científica, com procedimentos racionais e sistemáticos com o fim de dar resposta ao problema proposto. TRINDADE, (1978, p. 109), considera-o como uma procura de conhecimento e compreensão de uma realidade concretamente existente, que nos conduzirá (talvez) à concepção de uma verdade ou realização futura - e daí o termo investigação ou pesquisa - mas utilizando um método científico, com tudo o que ele implica de sistemática, de lógica, de coerência interna, de análise de compatibilidade e de crítica exaustiva.

Dito de outro modo, a procura de informação nova sobre o concreto (presente, passado ou potencial) visa a concepção e prova de um modelo adequado à compreensão de uma parte observável de realidade, e que seja compatível com todos os outros aspectos, observáveis ou logicamente imagináveis, do mundo que nos cerca. Por vezes o próprio modelo, quando adequado, conduz à criação de uma realidade até então invisível ou inexistente. A esperança última do investigador (quantas vezes iludida) é o atingir da descoberta criadora, capaz de modificar o mundo para o bem e o progresso da humanidade que o habita. (COSTA, 2015 p. 5).

4.8. Extensão Universitária

Extensão visa levar o saber universitário, à comunidade, prestando serviços à sociedade que sustenta a instituição. (ALMEIDA, s. d). De acordo o Dicionário de Língua portuguesa, nova edição, é o efeito de estender-se, ou seja qualidade que tem os corpos de ocupar certa porção territorial. De acordo Machado (s. d), citado por Amadeu (2021,p.5), a extensão universitária é

um espaço de integração da universidade com a sociedade, onde o conhecimento pode ser produzido na dialogicidade, independente do espaço, e que os saberes da comunidade devem ser valorizados e integrados aos conhecimentos científicos, objectivando a transformação social; cumprindo-se assim o que se entende como função social da universidade. Assim, podemos inferir que a extensão universitária permite aos alunos a possibilidade de colocar em prática o conhecimento aprendido durante o momento de formação.

Dessa forma, é possível ganhar experiência na carreira escolhida, enquanto presta um serviço à sociedade. O ISPC, esta de forma prioritária, preocupada com a sociedade, no que tange o bem-estar a todos os níveis de vivencia. Por este motivo, tem realizado no âmbito se sua extensão, debates, conferencias, simpósios entre outros para a expansão do saber a todos os níveis onde e a qualquer lugar, na resolução das desavenças sociais.

4.9. Empreendedorismo e inovação.

Percebemos por empreendedorismo, a capacidade de criar negócios com a visão de criar novos negócios, empresas, competências essenciais e necessárias para a elaboração de negócio. Tal como afirma Souza et al (1996), citados por Amadeu (2021,p.6), "a partir da autonomia, cada instituição deverá repensar, redefinir seu carácter e sua vocação. Algumas procurarão uma maior vinculação regional, orientando para essa direcção suas pesquisas e seus cursos. Diante do exposto, em Angola, enquanto algumas universidades vão trabalhando arduamente para conquistarem, ou pelo menos manterem os três pilares do ensino superior, outras já almejam o quarto pilar: empreendedorismo e inovação, que já é um facto no Instituto Superior Politécnico da Caála.

4.1.1.Dados dos Trabalhadores

Quanto aos trabalhadores de acordo os depoimentos da Doutora Sandra, o Instituto Superior Politécnico da Caála controla agora aproximadamente 400.

4.1.2. Dados dos Alunos Matriculados no ano Lectivo 2022/2023

Nº de Ordem	Curso	Nº de Estudantes					Total
		Frequência	1ºAno	2ºAno	3ºAno	4ºAno	
1	A.P.G de Cidades	75	30	12	9		126
2	Arqt. Urbanismo	54	47	34	21	16	172
3	Computação	130	42	30	22	13	237
4	Ciências E.E	92	37	19	18		116
5	Análises C.	438	70		18		526
6	Ciências F.	53	31	14	28	6	132
7	Direito	180	117	75	63	41	476
8	Enfermagem	1199	491	365	248	96	2399
9	Engenharia Civil	68	39	11	8	6	132
10	Engenharia Eléctrica	272	168	122	44	36	642
11	Ensino Primário	1023	489	493	344	70	2423
12	Gestão de R.H	121	55	24	17		217
13	História	213	145	147	166		671
14	Medicina Dentária	568	364	174	86	38	1230
15	Psicologia	359	231	234	260		1084
	Total Parcial	4849	2356	1754	1352	337	10.648

4.1. 3.Apresentação e análise dos resultados do inquérito

Quadro – 01- o que entendes por História Regional. Procurou-se, na primeira questão, saber dos inquiridos o que entendem por **História Regional**. Obteve-se, desta questão, o seguinte resultado, tal como se ilustra no quadro abaixo:

Entrevistado	Respostas
E1	É aquela que narra os acontecimentos locais de forma particularizada
E2	Aquela que estuda simplesmente o lugar em que vivemos.
E3	Entende-se história regional como contos de uma determinada comunidade.
E4	É a ciência que vai descrever a história de uma determinada área ou lugar específico

Fonte: Aatoria própria

Dos resultados que no quadro acima apresentam-se, podemos perceber que história regional debruçasse dos fatos que ocorrem numa circunscrição territorial.

Caprini, (2010) diz que trabalhar com a História Regional implica analisar uma determinada singularidade em meio a uma totalidade, sob um “movimento dialéctico entre o pequeno e o grande acontecimento, para não cair no erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos”.

Quadro – 02 – Qual é a importância da disciplina de estudo da História Regional?

Na segunda questão, procurou-se dos **inquiridos importância da disciplina de estudo da História Regional?** Tendo em conta a esta questão, obtivemos os resultados:

Entrevistado	Respostas
E1	Dar-nos informações de tudo o quanto ocorreu na nossa região ao longo dos tempos e a valorização local
E2	A história regional, traz vantagens incalculáveis no conhecimento da história local.
E3	Explicar situações região, desde os tempos passados até a modernidade.
E4	Tem como importância a valorização da história local, afim de trazer conhecimentos a respeito de um lugar.

Fonte: Aatoria própria

A história regional, proporciona aos indivíduos de uma determinada área o conhecimento detalhado do seu local de habitat. Por esta óptica, nota-se a importância do estudo da História Regional no universo historiográfico, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objecto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenómenos históricos da região, consequentemente do município.

Quanto a esta questão Samuel (1990, p. 220), diz que História Regional, requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler a sua grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.

Quadro – 03 – Quais são as vantagens da implementação da disciplina de História Regional?

Na terceira questão, procurou-se dos inquiridos as vantagens **da implementação da disciplina de História Regional**. Nesta questão, obtivemos os seguintes resultados:

Entrevistado	Respostas
E1	Permissão de conhecimentos locais as gerações actuais e as gerações vindouras.
E2	Pode-se enumerar variadíssimas vantagens como saber as origens da nossa localidade entre outras coisas.
E3	Saber de forma positiva valores da comunidade local.
E4	Tem como vantagens, conhecer a história e acontecimentos que terá acontecido a nível local.

Fonte: Autoria própria

A história regional, vai de maneira positiva, trazer a real historiografia aos habitantes de uma área específica daquilo que os seus ancestrais viveram e transportando os mesmos na contemporaneidade.

A Nova História, em suas diversas expressões, contribui para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objectos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de

investigação e de interpretação histórica. Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular. (OLIVEIRA, 2003, p. 15,).

Quadro – 04 – Quais são as desvantagens da inexistência da disciplina de História Regional?

Na quarta questão, procurou-se saber dos inquiridos, as desvantagens da inexistência da disciplina de História Regional. Respondendo a esta questão, obtivemos os seguintes resultados:

Entrevistado	Respostas
E1	O não conhecimento da história regional
E2	1. Os moradores ficam sem saber a história local; 2. Falta de identidade cultural.
E3	Não transmissão dos valores e hábitos e costumes locais.
E4	Não conhecer a história da sua região

Fonte: Autoria própria

As respostas mostram um denominador comum naquilo que são as respostas desta questão, o que nos remete a acreditar que a inexistência desta disciplina, é impossível conhecermos os fatos de uma determinada região de forma particularizada. Corroborando com oliveira (2003, p.15), a inexistência da história regional, cria uma rotura social, porque ela constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica, na busca de novos horizontes, para aflorar o específico, o próprio, o particular.

Quadro – 05 – Quais são as políticas necessárias para a implementação da disciplina de História Regional?

Na questão número Cinco, procurou-se saber dos inquiridos, das políticas que são necessárias para a implementação da disciplina de História Regional. Os resultados, quanto a esta questão, são:

Entrevistado	Respostas
E1	Seriedade na pesquisa dos dados locais e capacitação e financiamento por parte das autoridades afim; e a colaboração de todos os que habitam na região em estudo.
E2	Seria bom que se implementasse mesmo essa disciplina, porque é a partir daí que as novas gerações poderão saber daquilo que foi ontem e o hoje, partindo do

	ensino primário, as classes mais avançadas.
E3	Mais divulgação das mesmas e a realização de palestras para a efectivação das mesmas.
E4	1. Que haja condições suficientes para financiar tais documentos a serem divulgados; 2. Criar conteúdos específicos de formas a incentivar interesse por parte de quem vier de fora.

Fonte: Autoria própria

Há sim uma divergência nas respostas dos inquiridos quanto as políticas a serem implementadas. Por nossa parte, achamos relevante que se capacite suficientemente nos historiadores e geógrafos para que não haja equívocos ao estudar uma determinada área, como também as instituições de ensino, a ajudarem na divulgação e valorização deste estudo de formas a garantir uma história de verdade e com a verdade.

Corroborando com Rego, (2002, p. 38), assim, “qualificar uma região como “de aprendizagem” significa dizer que os atores do sistema estão envolvidos em processo de aprendizagem que permitem o desenvolvimento de conhecimentos necessários à inovação e à manutenção da competitividade.

Quadro – 06 – A disciplina de História Regional é fundamental para a valorização da cultura local?

Na questão número Seis, procurou-se saber dos inquiridos, se a disciplina de História Regional é fundamental para a valorização da cultura local. Os inquiridos responderam:

Entrevistado	Respostas
E1	É sim fundamental porque quando levamos em consideração aquilo que foi a vida dos nossos antepassados, e conseqüentemente comparar com a actualidade, não haverá deturpação ou fuga de cultura e conhecimentos;
E2	É sim fundamental de formas aqui com esta disciplina, a cultura e costumes locais ficam mais valorizadas;
E3	É sim fundamental para a valorização da cultura, mas de uma forma mais local, narrando tudo aquilo que aconteceu e o que vai acontecer;

E4	É fundamental na medida em que vai narrar de forma particular os acontecimentos.
----	--

Fonte: Autoria própria

A história regional contribui sim na valorização da cultura, tendo em conta o estudo particularizado de uma determinada zona, dando credibilidade e a actualização dos costumes dos tempos idos da mesma área.

Baseando-se na ideia de Barbosa (2011), História Regional apresenta inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica, o que contribui sim na fortificação cultural.

5.PROPOSTA DE SOLUÇÃO

A implementação da disciplina de História Regional, no Instituto Superior Politécnico da Caála. Para o efeito, a disciplina proposta terá os seguintes procedimentos:

a. Objecto de estudo:

Estudar o meio regional

b. Objectivos:

Geral:

Compreender a valorização da História Regional, criando capacidades intelectuais, crítica, comparação e interpretação dos factos históricos.

Específicos:

- I. Definir o conceito de história regional;
- II. Situar o lugar da história em estudo e as suas especificidades;
- III. Localizar no tempo e no espaço factos históricos ocorridos no espaço em estudo;
- IV. Valorizar as autoridades tradicionais na contribuição no estudo da história regional, assim como os monumentos e sítios históricos na contribuição económica;
- V. Explicar a importância da história regional e suas vantagens na identidade da comunidade.

5.1. Quanto a função pedagógica

1. Despertar rivalidades ou descobrir pretensas superioridades e motivos para gerar divisões nas comunidades ou comunidade;
2. Valorização dos aspectos comuns a outras comunidades, assim como a valorização das diferenças diminuindo as rivalidades;
3. Conhecer a sua própria identidade, descobrindo os aspectos menos relevantes, menos positivos e ou reprováveis;

4. Dar valor ao intercâmbio com outras comunidades;
5. Percepção de que uma nação é um todo feito de partes.

5. 2. Possíveis Princípios

1. Tempo suficiente nas pesquisas e disciplina;
2. Paciência e perseverança;
3. Coragem;
4. Discernimento, lucidez e espírito crítico para escolher os melhores materiais em vista do que se pretende;
5. Rigor e honestidade intelectual;
6. Mais qualidade do que quantidade, sendo âmbito sectorial e limitada e de forma mais concreta e diferencial.

Portanto, ao utilizar a história regional, é possível seleccionar conteúdos que, ao mesmo tempo, inicie um rompimento com a história oficial e tradicional, e passe a sensibilizar os estudantes no sentido de consciência histórica, de percepção enquanto sujeitos históricos. (GONÇALVES 2007, p. 178).

Santos (2002, p. 106) reforça essa ideia ao afirmar que “o estudo da história do lugar’ tem aberto novas perspectivas também como importante instrumento de recuperação e preservação das memórias e das identidades locais.” Essa afirmativa enfatiza a importância de valorizar os lugares e suas histórias, seus fatos, que certamente se relacionam com os acontecimentos de outros locais.

Na mesma linha metodológica encontra-se as directrizes curriculares da Educação Básica para o ensino de História quando colocam nas narrativas produzidas pelos estudantes estão presentes as concepções históricas da comunidade à qual pertencem, seja na forma de adesão a essas ideias, seja na sua crítica. (SANTOS 2002, p.106).

Tais ideias históricas, além do carácter de pertencimento social e cultural, são conhecimentos que estão em processo de constante transformação. Como tal, precisam ser consideradas na definição e problematização dos conteúdos específicos. (PARANÁ, 2008, p. 73).

6.CONCLUSÃO

Feitos os estudos sobre a proposta de implementação da disciplina de história regional no Instituto Superior Politécnico da Caála, conclui-se que: História regional, é aquela que narra os acontecimentos locais de forma particularizada, visando assim a apresentação de inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica. Outrossim, trabalhar com a História Regional implica analisar uma determinada singularidade em meio a uma totalidade, sob um “movimento dialéctico entre o pequeno e o grande acontecimento, para não cair no erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos”. Seria bom que se implementasse mesmo essa disciplina, porque é a partir daí que as novas gerações poderão saber daquilo que foi ontem e o hoje, partindo do ensino primário, as classes mais avançadas.

Já foi estudado na disciplina de História Antiga que, com o término do Império Romano, ocorreu um processo de descentralização regional que desencadeou um poder descentralizado de territórios autónomos do período feudal. Adequadamente, a Igreja Católica deu ênfase a esse regionalismo político, utilizando a rede destas unidades regionais como apoio para a afirmação de sua hierarquia administrativa.

Além do mais, a História Regional oferecia desde os tempos idos, a possibilidade de comparação entre diferentes situações históricas, contribuindo para a produção de uma síntese, a nível macro espacial, uma vez que cada região não poderia ser vista deslocada do todo em que se encontrava inserida. O recorte regional permitia o esgotamento das fontes disponíveis para a pesquisa, garantindo a veracidade dos resultados. A homogeneidade das fontes seria outro elemento facilitador decorrente dos estudos regionais.

Nas observações feitas durante o percurso do estudo e pesquisa do trabalho, deu para chegarmos a um denominador comum naquilo que é a importância da implementação da disciplina de história regional no Instituto Superior Politécnico da Caála. A história regional é de extrema importância no que diz respeito a valorização do que é mais local, tendo em conta os seus acontecimentos durante centenas de anos. Naquilo que foi a nossa perspectiva no alcance dos objectivos, digamos que ficamos satisfeitos tendo em conta o resultado obtido. Com os trabalhos de pesquisa as comunidades terão acesso ao conhecimento do seu passado de forma

mais particularizada, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar o seu passado, bem como as expressões materiais que dele se origina. Se a sociedade souber valorizar o seu património, estudar de forma particularizada os seus acontecimentos quer sejam passados ou presentes será um dado mais importante, sabendo de forma detalhada e concisa a história regional, ou seja do habitat em que estiver inserido.

Com os trabalhos de pesquisa as comunidades terão acesso ao conhecimento do seu passado de forma mais particularizada, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar o seu passado, bem como as expressões materiais que dele se origina. Se a sociedade souber valorizar o seu património, estudar de forma particularizada os seus acontecimentos quer sejam passados ou presentes será um dado mais importante, sabendo de forma detalhada e concisa a história regional, ou seja do habitat em que estiver inserido.

7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Querelle des Femmes. Textos de História: O Saber na Idade Média, [S.I.], v. 9, n. 1/2, p. 31-51, 2001. Mesa Redonda na III Semana de Estudos Medievais, Brasília 1996
- _____. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, dez. 2010.
- _____. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n.1, p. 95-129, 2005.
- ABLAS, Luís Augusto. A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo, IPE/USP. (Estudos Económicos. 1982.
- ALBERNAZ, Mariam de Freitas. A função da Univercidade na construção do saber crítico-criador. *Revista anhanguera*, v,1 n,1 197 a 208, Jan/Des – 2000.
- ALMEIDA, Liliane Barros (s.d.). *Investigação Científica*.
- AMADEU, Ladislau Profírio. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: Tríplice da Fundamentação das Universidades. Resenha Crítica Apresentada ao Curso de Habilitação Docente em Ensino Superior, no Instituto Superior Politécnico da Caála. Caála, 2022. AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, pp.145-151. 1995.
- ANA, Carolina Resende Turuna. A origem das universidades e a presença feminina em espaços do saber. Brasília, DF 2022. ÁUREA Corrêa de Miranda Breit bachet et SIDONIA T. Hahn Calvete. Estudo sobre o conceito de região: Porto Alegre, RS - N. 13 - Agosto 1988.
- BALBIM, R. N. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, p. 160-169. 2001. BARBOSA, Agnaldo de Sousa. A propósito de um Estatuto para a História Local e Regional: algumas reflexões. Disponível em: www.franca.unesp.br/PROPOSITO_REGIONAL. Acesso em: 20 Junho. 2023.

BASCHE, Jérôme. A Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, p.49. 2009. BLOCH, M. Introdução à História. Lisboa: Escolar Editora. . p.55, 1965.

BLUESTONE, B. UMASS/Boston na economic impact analysis. Obtido em junho de 2013.

BOUCHER, G., Conway, C., & Meer, E. V. Tiers of Engagement by Universities in their Region's Development. *Regional Studies*, 37 (9), 887-897. 2003.

BURKE, Peter (org.). A Escrita da História – Novas Perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.

CALUNDUNGO, A. J. A. Mediação Social Em Angola: Relações de Interface entre ONGs e Camponeses na Região do Planalto Central, Província do Huambo, Município da Caála. 280f. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2013.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. Considerações sobre História Regional. Disponível em: www.saberes.edu.br/arquivos/texto_aldieris.pdf>. Acesso em: 25.05. 2023.

CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 7-23, verão 1998.

CARVALHO, J. Eduardo. Metodologia do Trabalho Científico, Saber-Fazer da

CARVALHO, J. Eduardo. Metodologia do Trabalho Científico, Saber-Fazer da investigação para dissertações de teses, 2ª Edição, Lisboa: Escolar Editora, 2009.

CASTRO, I. E. de et al. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Centro de Estudos Geográficos e Instituto de Altos Estudos. p. 49- 76.1976.

CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira. História social e transcultural de um sertanejo. Silva Porto na África Central. 1989-1890.

CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 49-76 1995.

COSTA, Emílio. O estudante universitário e a Investigação científica. Santa Catarina. 2015.
COSTA, Renata, Jesus. Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930) BRASÍLIA 2014.

CUNHA, Luís Alexandre Gonçalves. Sobre o Conceito de Região. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.

DOSSE, François. A história. Bauru/SP, EDUSC, 2003.

ELP. Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Angola 2025. in: Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. Luanda: República de Angola/Ministério da Economia e Planeamento, Abril de 2018.

ERNEST, Greenwood. Métodos de Investigação empírica em Sociologia, 2017.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Ed. 6ª. Edit. Atlas Sa. São Paulo, 2008.

GOMES, Paulo C. CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76. 1995.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. 1v: Brasília 2008.

GRACIELA. Márcia Fochi - Metodologia do ensino de história/: UNIASSELVI, 2015.

GRAZIELLE Robera. KATIA Et al : Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa, 2017. Humanas. Lisboa: Instituto Piaget; 2005.

INE. Resultados Preliminares do Censo 2014. Editor Instituto Nacional de Estatística Subcomissão de Difusão de Resultados Rua Ho-Chin Min, Caixa Postal n.º 1215 Tel.: +244 938 217 557. p.88.2014. investigação para dissertações de teses, 2ª Edição, Lisboa: Escolar Editora. 2009.

ISSN, Revista África e Africanidades - Ano I - n. 2 – Agosto. 2008 KAISER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. et al. (Org.). A geografia ativa. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 279-321. 1973.

KANDJO, João Sikato. História de África. Seculo XV-XXI..p.3. 2019

- LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LEITE, Denise (Org.). Reformas universitárias: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005. LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MARTINS, J. de S. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec. P.59 2000.
- MATEUS, Zorobabel Alberto Festo. O Combate à Pobreza na Diminuição das Desigualdades Sociais em Angola: O PAPAGRO na Caála Instituto Superior Politécnico Jean Piaget, Benguela Junho de 2016. MEDEIROS, Carlos Alberto, A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Lisboa, Hucitec. P.59 2000.
- MORFAUX, M. M. e LEFRANC, J. Novo Dicionário da Filosofia e das Ciências
- MORFAUX, M. M. e Lefranc, J.. Novo Dicionário da Filosofia e das Ciências Humanas. Lisboa: Instituto Piaget; 2005.
- OECD. Higher Education and Regions Globally competitive locally engaged. Paris: OECD. OECD. (2014). The State of Higher Education-. Obtido em 15 de 07 de 2017, de 2007.
- OECD. The Knowledge –Based Economy. Paris: OECD. Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development- Jutland Funen in Denmark. 2006.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX, Salvador, EDUNEB, 2003.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica- História, 2008.
- PESSELA, Teodoro. Os Encantos do percurso histórico da cidade da Caála. p.9, 2021.
- PRIETO, Ana B. S. Dónde Aprender a Leer y Escribir em el Año Mil. Anuario de Estudios Medievales (AEM), CSIC: Institución Milá y Fontanals, Barcelona, España, v. 40, n. 1, jan/jun p. 3-34. ISSN 0066-5061. 2010.
- RIVERA, María-Milagros G. La Diferencia Sexual en la Historia. Publicacions de la Universitat de Valencia, ISBN: 84-370-6118-0. 2005.

RODRIGUES F. Caála, memórias de uma comunidade. 2008.

RODRIGUES, A. N. R. Reflexões Sobre a Influência do Direito Costumeiro no Direito Administrativo Angolano à Luz da Constituição da República de Angola de 2010. 66f. Dissertação. Faculdade de Direito. Porto, 2018.

SAMACACA Júlia Namunda: Percurso histórico do Município da Caála: da época colonial à pós-colonial Caála/ p.15 2022.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, J. J. M. História do Lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. História, ciência e saúde—Manguinhos, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 105-124, jan./abr. 2002. SILVA, Nilo C. B. (org.) Verdade, saber e poder na Filosofia da Idade Média. Curitiba: Editora CRV, p. 115-127. 2019. SILVA. História local: objetivos, métodos e fontes. p.383. 1998.

TEIXEIRA, P. Rocha, V. Biscaia, R., & CARDOSO, M. F. Concorrência e Diversificação Espacial no Ensino Superior Europeu: Uma Comparação do Contributo dos Sectores Público e Privado. Em Redes de Ensino Superior: Contributos Perante os Desafios do Desenvolvimento. Évora: Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia. pp. 47-68 2013.

TRINDADE A. Rocha. Por uma política de investigação científica. Centro de Electrodinâmica das Universidades de Lisboa Setembro de 1978.

VERGER, Jacques. In: RIDDER-SYMOEENS, Hilde; RÜEGG, Walter. A History of the University in Europe: Volume I: Universities in the Middle Ages. v. 1, Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press. p.41 1992.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. Lócus: revista de história, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 1-17, 1997.

FONTES ORAIS

Adelino Valente – idade 83 (2023).

Crispino Silitchamale – idade 33 (2023).

Samessele Domingos – idade 35 (2023).

APÊNDICES 01 – Roteiro de entrevista

1 – O que entendes por História Regional?

2 – Qual é a importância da disciplina de estudo da História Regional?

3 – Quais são as vantagens da implementação da disciplina de História Regional?

4 – Quais são as desvantagens da inexistência da disciplina de História Regional?

5 – A disciplina de História Regional é fundamental para a valorização da cultura local? 6 – Pode explicar de que forma?

7 – No seu ponto de vista, que políticas são necessárias para a implementação da disciplina de História Regional?

APÊNDICES 01 - Instituto Superior Politécnico da Caála. Fonte: autoria própria 26- 07- 2023.



APÊNDICES 02 - Instituto Superior Politécnico da Caála. Fonte: autoria própria 26- 07- 2023.



ANEXO

ORGANIGRAMA INSTITUCIONAL

